

Perspectivas sobre a racialização: a experiência dos clubes sociais e centros culturais na diáspora negra ao sul do Atlântico (Brasil-Uruguai)

Fernanda Oliveira da Silva*

As análises históricas sobre as experiências diaspóricas negras no pós-abolição, tomando como ponto de partida a historiografia brasileira e de alguns brasilianistas têm pontuado, ou permitido visualizar, a importância de deslocamento de fontes a fim de fornecer uma percepção mais alargada, para além dos escritos sobre os negros, mas também produzido por parcela do grupo. Assim, a historiografia produzida principalmente nos anos 1990 e pós 2000 tem oferecido contribuições cujas fontes foram produzidas *pelo* grupo e não exclusivamente *sobre* o grupo. As fontes produzidas pelo grupo, assim como fontes produzidas de outras formas, são tidas enquanto constructos narrativos culturais os quais necessitam ser analisados na sua historicidade. No entanto, uma historicidade que leva em consideração a produção de fontes pelo próprio objeto de pesquisa permite uma imersão nas evidências, em que o comprometimento do historiador não deixa de lado uma questão sempre importante de ser levantada: a crítica.

É nessa tendência que se enquadra a análise aqui presente a qual parte de documentos produzidos por parcelas dos grupos negros, com ênfase nos documentos oficiais sobre o cotidiano dos clubes negros produzidos nos âmbitos desses espaços – como atas de diretoria e assembleias – e ancorada numa fonte que já vem colocando-se como extremamente rica, e complexa, para os estudos, a saber, a imprensa negra. Não é por acaso, que muitos dos historiadores praticantes da nova historiografia têm consciência da responsabilidade pública que seus escritos acabam por demandar, por vezes envolvendo-se diretamente com a história de luta dos movimentos sociais do meio negro, por vezes até em função das suas pesquisas, o que acaba por estabelecer um laço entre estes e seus *temas* de abordagem. O estreitamento desses laços acaba possibilitando o achado de uma gama de fontes escritas e orais repletas de significados

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, doutoranda em História.

para os questionamentos que fazemos na atualidade, abrindo um campo de possibilidades extremamente propício a prática da pesquisa historiográfica. Esta, ciente de sua ineficácia quanto a neutralidade, traz consigo, freqüentemente, uma bandeira de luta consciente de sua utilização pelos movimentos sociais num movimento de mão dupla em que as fontes contribuem para uma história parte de um contexto mais amplo. O comprometimento nesse sentido não deve ser compreendido como uma dita fidelidade a uma bandeira de luta, mas, como alertou Hobsbawm (2006) em relação à responsabilidade pública do historiador, com uma história do universalismo. Assim as justificativas históricas acabam por se auxiliar em ambas as frentes – acadêmica e de luta (e por que não dizer uma única frente com ambas as bandeiras?).

Não obstante, é preciso reafirmar que a não neutralidade não é equivalente a uma não objetividade. Assim, na medida em que nós historiadores buscamos compreender a forma como esses espaços foram constituídos, os significados dos símbolos acionados e conseqüentemente as contradições e os conflitos inerentes aos significados percebemos então o dinamismo responsável pelo desenvolvimento da história, auxiliando assim numa valorização positiva de um grupo tido como pouco importante e sem contribuições efetivas para uma história geral, questão pontualmente desconstruída pela história com ênfase nos estudos desenvolvidos nas últimas décadas.

Assim, interpretar os significados imbricados no processo de racialização no pós abolição coloca-se como inerente a análise das fontes produzidas pelas organizações negras aqui abordadas – os clubes sociais. Esta perspectiva permite imergirmos nas formas como os negros construíram seus sistemas próprios de racialização de modo que as experiências negras são então investigadas a partir do seu interior, sem perder de foco a historicidade concernente aos constructos narrativos culturais presentes nas fontes produzidas pelo grupo. As organizações foram constituídas inicialmente, em virtude de dois fatores: 1) como forma de resposta às sociedades - das quais faziam parte e assim pretendiam continuar, no entanto, de forma efetiva- que se pleiteavam igualitárias em termos de cidadania, mas que continuavam a segregar, ou seja, eram locais, por excelência, racializados; 2) tendo como exemplo experiências anteriores de associativismo negro, com ênfase no período colonial-imperial, no caso brasileiro, e do

período escravidão-pós abolição no Uruguai, importantes para a consolidação de uma identidade social negra positiva. Porém, é justamente no íterim do desenvolvimento dos clubes e centros negros que visualiza-se nessa exposição a perspectiva de interpretar a racialização pela face negra, que não apenas reage a uma racialização imposta, mas articula formas de lidar com racialização criando e conferindo novos significados a códigos impostos. Observar a racialização pela ótica negra, não perde de vista o contexto maior de racialização, visto que com este, obviamente, dialoga.

A análise dessas fontes e conseqüentemente dos espaços do quais faziam parte e do contexto histórico geral em que estavam inseridos, permite acessar parte do cotidiano das cidades no que tange a existências de normas sociais que segregavam racialmente. Especificamente para ambos os países aqui abordados, os quais segregavam as pessoas de acordo com a cor da pele, a segregação racial relacionada aos espaços sociais não eram norma vigente oficial. No entanto, existia uma compreensão dos lugares sociais que deveriam ser ocupados por determinados sujeitos enquanto que por outros não, além de apontarem para as relações dentro dos diferentes grupos negros mesmo em espaços determinados.

As cidades da região abrangidas pela pesquisa apresentaram as seguintes associações em que o recorte racial se colocou evidente: Pelotas – jornal negro *A Alvorada* (1907-1965); Liga de Futebol Independente José do Patrocínio (1919-1932); Frente Negra Pelotense (1933-1937); Clube Depois da Chuva (1917-1980); Clube Chove Não Molha (1919- em funcionamento) e Clube Fica Ahí P’ra Ir Dizendo (1921- em funcionamento) –; Rio Grande – Centro Cultural Marcílio Dias (1936 – década de 1950 e Clube Braço é Braço (1920 – em funcionamento –; Bagé – Clube Zíngaros (1936 - em funcionamento) –; Jaguarão – Clube 24 de Agosto (1918 – em funcionamento) –; Melo – Centro Uruguay (1932- década de 1980), Renato Marán (década de 1930 – década de 1950) –; Tacuarembó – Club Ansina (1940-1962). Por ora, em decorrência do espaço disponível para tal exposição, o enfoque se dá exclusivamente sobre os clubes e centros culturais.

Em virtude das mobilizações de base racial em prol de uma abolição, com condições efetivas de igualdade na primeira metade do século XX exteriorizadas na

imprensa negra e, do contato prévio com atas de reuniões dos clubes sociais negros desse período, adotou-se como período cronológico a primeira metade do século XX. Percebe-se nos clubes sociais e centros culturais negros a coexistência de diferentes percepções sobre a raça e a cor como determinantes para a categorização social e identificação racial. Assim como essas percepções estão diretamente vinculadas com a(s) identidade(s) negra(s) diaspórica(s) ao longo do *Atlântico negro*, no sentido de posicionamento dos grupos frente sociedades das quais faziam parte, mas nas quais eram segregados racial e socialmente. Esta interpretação está presente na bibliografia para outros espaços que passaram pela escravidão e nas quais os negros se mantiveram e se organizaram², a possibilidade de associar-se tomando a base racial como determinante indica uma ideia mais articulada dos grupos negros em termos geográficos que extrapolam as interpretações centradas em espaços clássicos e permitem atentar para lugares rotulados como de inexistência de negros, como os espaços aqui propostos.

O início do século XX no Uruguai foi responsável por uma migração em massa para as cidades, abandonando o mundo rural. Esta migração evidenciou-se principalmente em Montevideu, mas também nas cidades com ares cosmopolitas, como Melo, localizada ao norte do país e capital do departamento de Cerro Largo. Estas cidades receberam uma gama de trabalhadores imigrantes somados aos migrantes oriundos do meio rural. A proibição imposta por clubes sociais em Montevideu, Melo e Tacuarembó, fez com que os negros criassem seus próprios clubes (ANDREWS: 2011; CHAGAS e STALLA: 2009; FRIGERIO: 1998). Estes espaços se caracterizaram, entre outras, por apresentarem regras criadas por eles próprios, os quais almejavam que a partir de então os demais membros do grupo se autoidentificassem e identificassem os *outros*. No entanto, é preciso destacar que mesmo as regras criadas por eles próprios estavam dentro de um campo de possibilidades inerente ao espaço no qual estavam inseridos e tomando como base as experiências anteriores do grupo e de outros grupos no que tange a associabilidade e a autoproteção dos seus em relação à sociedade que os discriminava ou lhes impedia o acesso de alguma forma. Assim, esse campo de possibilidades é composto por todo um universo simbólico, observado aqui a partir dos

² Ver para tal, especialmente, Andrews, 1998; Hall, 2006; Cooper, Holt e Scott, 2005.

signos e símbolos acionados, os quais trazem consigo significados repletos de subjetividades que acabam sendo incorporados e traduzidos em dados objetivos pelo grupo perante *outros* grupos. Consolidava-se então uma demonstração objetiva de uma racialização positiva mediada pela subjetividade dos significados da cor e na unidade da raça.

No entanto, as políticas oficiais configuravam uma identidade nacional em que se colocava a democracia racial como reinante entre os uruguaios, fossem esses nacionais – entendem-se principalmente negros descendentes de escravos e filhos de imigrantes – e imigrantes. A simples existência de associações de cunho racial evidencia o descontentamento do segmento da sociedade em questão, com os rumos da política adotada em relação aos afrodescendentes e a consequente racialização das relações que se impunham (ANDREWS, 2007; CHAGAS e STALLA, 2009; FREGA et. all.: 1998; FRIGERIO, 1998)^{2..3}

No Brasil a realidade não estava muito distante em termos de características. A abolição da escravidão em 1888 não veio acompanhada de medidas que levassem a uma cidadania efetiva. Nesse sentido, as lideranças negras, muitas dessas já atuantes no período anterior, passaram a reivindicar condições igualitárias e, principalmente, em princípios da década de 1930 denunciaram abertamente o preconceito racial. No jornal negro pelotense, *A Alvorada*, encontra-se uma característica própria do referido período, a veiculação de chamamentos a unidade da raça. A perspectiva adotada pelo jornal, o qual se colocava como porta voz nos negros sulinos, permite uma interpretação em torno de uma identidade negra positiva ao grupo. No entanto, esta perspectiva comparada com as fontes produzidas pelas lideranças dos clubes negros não era algo comungado pelo grupo de forma uniforme, apresentava, assim, características distintas. As quais iam por vezes em sentido contrário a ideia de unidade, visto que para tal seria necessário que todos comungassem dos mesmos valores, o que acabava não

² A abolição no Uruguai deu-se ainda na primeira metade do século XIX, no entanto, as características identificadas a partir do objeto dessa pesquisa são muito semelhantes, o que permite problematizar a categoria de pós-abolição e a percepção de que as ideias circulavam no Atlântico negro independente das fronteiras geográficas.

acontecendo, e conseqüentemente justificava a existência de diferentes clubes e centros em um mesmo espaço.

A identidade aqui não é percebida como construída por um grupo fechado, mas a partir de um contraste com o “outro”, ponto fundamental para a ideia de identidade que se forma de maneira contrastiva (Barth, 1998; Oliveira, 1976). Este grupo, nessa pesquisa é também identificado e/ou auto-identificado como negro, mas é justamente a percepção do discurso em torno da nomenclatura negro, pardo e mulato e sua vinculação direta com as classificações de cor que permite acessar a percepção de racialização interna de cada grupo negro e seus reflexos na constituição endógena das identidades. Essas identidades tendem a não ser, a priori, essencializadas, visto que ao ressignificar as identificações racializadas de outros grupos étnicos, os grupos negros buscaram contextualizar e desnaturalizar a diferença, buscando para tal uma unidade dos grupos negros. A etnicidade é acionada aqui para observar esse ínterim de peculiaridades, a qual percebe a identidade enquanto produção e reprodução que se dá no cotidiano (Barth, 1998). Ao tomar a “raça” como um fator dentro da etnicidade importante para a identidade, aproxima-se das visões de Wade (2000) e de Jenkins (1997), para os quais a “raça” é um conjunto de construções sociais classificatórias de importância histórica e contemporânea considerável.

O conceito de identidade negra é aqui empregado de acordo com a análise presente em Guimarães (2005) diretamente relacionada com a “percepção racializada de si mesmo e do outro” (Guimarães, 2005, p. 61). A ideia sobre as raças são tomadas como:

“[...] construtos sociais, formas de identidade baseadas numa ideia biológica errônea, mas **socialmente eficaz para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios**. Se as raças não existem num sentido estrito e realista de ciência, ou seja, se não são do mundo físico, elas existem, contudo, de modo pleno, no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações humanas”. (grifos do autor, GUIMARÃES, 2005, p. 67).

A relação entre os conceitos de identidade/raça é essencial para compreender a situação social e as relações de forças entre os grupos negros das cidades localizadas ao Sul do Rio Grande do Sul (BR) e ao Norte do Uruguai, pois os atores sociais avaliaram a situação e utilizaram seus recursos de identidade estratégica. Esta identidade aparece,

por sua vez, como resultado de um processo em curso de classificação e organização social permeado pelas noções de cor e raça.

A ideia de construção social da raça enquanto um processo histórico no mundo atlântico encontra-se presente também em Mattos (2007) para a qual o referido processo esteve diretamente vinculado aos diferentes sistemas de classificação e de construção de identidades coletivas. Perspectiva esta que já se encontrava presente como base fundamental para a construção da identidade negra por Gilroy (2001). A raça enquanto construção social com cunhos políticos é uma constante nos escritos de Hall, tida enquanto “uma categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão, ou seja, o racismo” (HALL, 2003, p. 69).

A identidade racializada permite o contato com a questão da racialização. Esta aqui assume uma roupagem própria quando é identificado o objetivo de perceber como os grupos negros construíram seus processos de racialização próprios, visto que as origens da racialização tendem a vir do racismo, ou seja, são os brancos que racializam os negros, colocando todos em uma categoria essencializada e inferiorizada (JENKINS, 2005). O tipo de racialização aqui proposto é a percebida como processo de classificação hierárquico, seguindo a abordagem presente em Brown e Miles (2004). Nesse sentido Brown argumenta que:

“Miles (1982) usa o conceito de racialização como um sinônimo para o conceito de ‘categorização racial’, definido como ‘um processo de delimitação de fronteiras e alocação de grupos de pessoas fora desses limites, pela referência primária para características (supostamente) inerentes e / ou biológicas (geralmente fenotípicas)’”. (Tradução livre). (BROWN, 2004, p. 100)⁴.

No objeto de estudo aqui pretendido percebe-se que os negros interpretam a identificação como a melhor maneira de resistir a inferiorização e a discriminação. Mas, ressignificam essa identificação com caracteres positivos, percebidos através da análise

⁴ Miles (1982) uses the concept of racialization as a synonym for the concept of 'racial categorization', defined as 'a process of delineation of groups boundaries and off allocation of persons within those boundaries by primary reference to (supposedly) inherent and/ or biological (usually phenotypical) characteristics'".

das nuances presentes nas ações constituídas pelos negros com atenção voltada especificamente para a identidade negra e as questões de cor e raça⁵.

Nesse sentido, algumas abordagens historiográficas auxiliam na compreensão desse espaço geográfico específico, mas que apresentava características inseridas em um pensamento comum aos negros da diáspora, o qual o autor Andrews (2011) destaca:

“Não somente no Uruguai, também em Cuba, Brasil, França, Estados Unidos e outras áreas de diáspora africana, os anos 20 e 30 marcaram o surgimento do “novo negro”, uma figura que simbolizaria novas práticas políticas e culturais, enquanto uma nova consciência de negritude, de suas potencialidades e de suas possibilidades de ação” [Tradução livre]. (ANDREWS, 2011, p. 134)⁶.

Nesse sentido Butler (2000) destacou que a luta pela auto-determinação dos povos nas décadas posteriores à abolição é o ponto central do debate. Esses anos abriram oportunidades para descendentes de africanos redefinirem seus papéis sociais nas sociedades que viviam. É o reconhecimento dessas dinâmicas que proporciona, de acordo com a referida autora, novas possibilidades analíticas.

Ao abordar a região Sul do RS e norte do Uruguai e as ideias que estavam circulando através da imprensa negra de Pelotas e Montevideu e sendo exteriorizadas, assim como interpretadas com novas roupagens, como no caso da cor e da raça, utiliza-se do conceito de *Atlântico negro*, desenvolvido por Paul Gilroy (2001), o qual, de acordo com o autor, referencia um conjunto cultural e político, de ideias e ações transnacionais produzidas pelos descendentes de africanos na diáspora forçada pela

⁵ Foi importante para a consolidação dessa ideia, a análise presente em Wade, 2000. Se faz importante deixar claro que tenho ciência, no entanto, que o autor Miles, utilizado aqui enquanto aporte teórico, é contrário a utilização da raça enquanto categoria útil de análise, visto que percebe o seu emprego enquanto reificante de algo inexistente, ou seja, não vai ao encontro da perspectiva da raça enquanto constructo social defendida, por exemplo, pelos autores Hall, Gilroy e Guimarães citados ao longo desse artigo. No entanto, a análise aqui proposta se filia a ideia de que a “raça” se insere enquanto um ponto acionado pelos sujeitos dessa pesquisa, permitindo assim a identificação de um adjetivo utilizado enquanto contrastivo no interior das identidades coletivas; como composição que se insere num conceito maior, que engloba esses fatores, a etnicidade.

⁶ “No solo em Uruguay, también em Cuba, Brasil, Francia, los Estados Unidos y em otras zonas de la diáspora africana, los años '20 y 30' marcaron el surgimiento del ‘nuevo negro’ , uma figura que simbolizaria nuevas prácticas políticas y culturales, a la vez que uma consciência de la negritud, de sus potencialidades y de sus posibilidades de acción”.

escravidão moderna, a partir do século XV. Para o autor a diáspora apresenta uma dinâmica essencial aos estudos visto que de acordo com o mesmo:

“o conceito de diásporas pode oferecer alternativas fundamentais para a inflexível disciplina do parentesco primordial e a fraternidade pré-política e automática. A popular imagem de nações, raças ou grupos étnicos naturais, espontaneamente dotáveis de coleções intercambiáveis de corpos ordenados que expressam e reproduzem culturas absolutamente distintas é firmemente rejeitada. Como uma alternativa a metafísica da “raça”, da nação e de uma cultura territorial fechada, codificada no corpo, a diáspora é um conceito que ativamente perturba a mecânica cultural e histórica do pertencimento. Uma vez que a simples sequência dos laços explicativos entre o lugar, posição e consciência é rompida, o poder fundamental do território para determinar a identidade pode ser também rompido”. (GILROY, 2001, p.18)

O processo histórico vivenciado pelas trocas políticas e culturais proporcionadas pelo mundo atlântico com a diáspora africana está diretamente ligado com a construção de uma identidade negra no sentido desenvolvido pelo referido autor ao referendar o que ele denominou *Atlântico Negro*. Nesse sentido, almeja-se perceber a circulação das ideias e até mesmo as influências externas e peculiaridades locais, justificando-se então a perspectiva de analisar a imprensa negra uruguaia a fim de captar os processos de racialização próprios dos negros localizados ao Sul do *Atlântico*. Destaca-se ainda a possibilidade de alargar os estudos do *Atlântico Negro*, tirando o foco das influências e circularidades com os negros norte-americanos.

Nas cidades propostas para este estudo, a mobilização negra, quando do período de formação e ainda no período que aqui se apresenta, foi responsável pelo surgimento de associações que serviam como reduto da raça negra, fruto da discriminação vigente nas cidades que impedia a participação de negros nas demais associações, tidas como espaços de branco. Assim, elas passaram a agir como importantes idealizadores da união da raça negra. É nesse “universo” de significados e evidências objetivas que se encontra o objeto dessa pesquisa, e através dele que se pode compreender parte considerável das experiências negras ao Sul do *Atlântico Negro*.

A evocação da raça acionando uma identidade negra positiva capaz de unir parcela do grupo que comungasse dos mesmos ideais foi desenvolvida na análise de Alberto (2011) observando objetivamente a mobilização com base na identidade negra,

com destaque para a mudança de categorização pelo próprio grupo, ao abandonar “classe dos homens de cor” por “raça negra”. Esse estudo destacou principalmente Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, no entanto, algumas características percebidas estiveram presentes também no sul do Atlântico, e com esta pesquisa pretendo alargar esse olhar demonstrando essas semelhanças.

A racialização percebida pelos mantenedores desses espaços passa pela ideia de que havia a definição de um grupo como inferior. A posição inferior poderia advir de bases biológicas, culturais, etc., exteriorizando-se assim uma característica da racialização descrita por Jenkins (1997). É importante destacar que o período cronológico aqui pesquisado sofria grande pressão das teorias raciais formuladas já no final do século XIX, assim como traziam as ideias advindas da hierarquização das raças com a escravidão, principalmente em se tratando dos clubes brasileiros, cujos primeiros membros tinham ainda muito presentes a memória da escravidão.

Essa mobilização apresentou características muito semelhantes nas cidades localizadas tanto no espaço brasileiro como no espaço uruguaio. Cidades nas quais os clubes sociais negros se colocaram como os espaços por excelência de união e discussão dos destinos e melhores condições de vida para a raça negra que extrapolavam a identificação desses espaços como mera sociabilidade, exteriorizando muito das suas ideias através da imprensa negra. A partir dos clubes de Bagé e Jaguarão, mais especificamente, se delineia uma aproximação com os clubes de mesmo caráter localizados em Tacuarembó e Melo, o que permite visualizar uma interconexão de histórias com questões necessárias de serem analisadas tendo como fio condutor a questão da racialização através da fronteira, em perspectiva diaspórica.

A simples criação dos espaços dos clubes negros, no Brasil ou no Uruguai no pós abolição deixa entrever a percepção de condições não legais, mas que de fato tolhiam as liberdades plenas dos afrodescendentes em ambos os países. Nesse sentido, é importante enfatizar que aos afrodescendentes não lhes era permitido entrar e tão pouco fazer parte dos “outros” clubes já existentes nas referidas cidades, o que serviu como motivação primeira para a criação de espaços próprios, semelhante ao que ocorreu

durante a escravidão com as irmandades negras no Brasil e com as Casas de Nações no Uruguai.

Ao criarem os clubes negros e manterem uma série de normas reguladoras vinculadas à moral e exteriorização de uma identidade racial positiva, os afrodescendentes de ambos os espaços, estavam se contrapondo a ideia vigente de inferioridade da raça negra. Termo que foi afirmado como positivo pelos membros dos clubes e valorizado no sentido de unificarem a raça. No entanto, não havia uma união a priori dentro do grupo negro. Isto justifica e explicita, em certa medida, a existência de mais de um clube em determinadas cidades, como por exemplo, Pelotas e Cerro Largo.

Em Pelotas o clube *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo*, fundado em 1921, possivelmente como uma dissidência do clube *Chove Não Molha*, de 1919, tinha dentre seus diretores alguns redatores do jornal negro *A Alvorada*, como Armando Vargas, o qual esteve presente também na Frente Negra Pelotense. Ao atentar-se para os membros que estiveram atuantes nos anos iniciais de ambos os clubes locais, encontra-se dois nomes em comum – Antenor Vieira e Joaquim Rolo. Antenor esteve entre os fundadores de ambos os clubes enquanto que Joaquim Rolo foi membro do *Chove Não Molha* e esteve na primeira diretoria do *Fica Ahí*. Esta possibilidade de dissidência auxilia na compreensão do surgimento de dois clubes, os quais inicialmente nasceram com o mesmo ideal, construir um local em que os negros locais pudessem encontrarem-se com os seus sem o temor de passarem por uma série de constrangimentos de ordem racial.

O *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo*, no entanto, diferenciou-se dos demais clubes negros locais ao colocar em prática um controle sistemático quanto aos seus sócios, atentava principalmente, para a cor destes, apresentava em suas atas de diretoria inúmeras discussões quanto à cor dos pretendentes a sócios, somado a preocupação com a moralidade, não apenas na sede, mas nos diferentes aspectos da vida destes. A organização do clube era rígida, e definida através de eleições anuais, realizadas em assembleia geral. Podiam almejar aos cargos apenas homens. O Clube *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo* em final da década de 1940 e principalmente, pós 1950 passou a diferenciar-se dos demais clubes locais tomando como característica o local social ocupado na

sociedade, já fruto da identidade social positiva fruto da 1ª geração de associados do clube.

A diferenciação de cor e de identificação como *pertencente à raça*, expressão comum aos clubes negros em que raça é sinônimo de raça negra, também serviu como fator de diferenciação para os associados do clube *Ansina* de Tacuarembó. Neste clube, fundado em 1940, os brancos podiam entrar, mas não lhes era permitido dançar. A restrição/proibição de brancos era uma constante entre os membros dos clubes sociais, existia uma preocupação principalmente em função dos clubes serem os espaços matrimoniais por excelência do grupo negro.

A cor aparece nas discussões dos clubes negros em geral, vinculada a identificação pelo grupo. No entanto, quando a *marca* era colocada em questão a *origem* era acionada, ou seja, quando a tonalidade da pele colocava isso em questão era necessário que a comunidade negra identificasse o pretendente à associação como membro da dita comunidade. Nesse sentido, a simples diferenciação presente em alguns estudos, desde o clássico de Nogueira⁷, referenciando o Brasil como um local em que a cor era uma marca e estava diretamente ligada a identificação dos negros em contraposição a realidade norte-americana, em que a origem era acionada para tal, acaba por complexificar a realidade brasileira e latino-americana como um todo. O *Atlântico Negro* acabou por gerar uma série de complexidades nas relações raciais passíveis de serem interpretadas, em parte, pelas evidências presentes nas fontes produzidas por parcelas dos grupos rotulados⁸.

Assim, a permissão de brancos era vista com bastante cuidado e rotineiramente discutida nas atas de clubes, assim como nos jornais da imprensa negra. Essa

⁷ Publicado pela primeira vez em 1954. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil". Anais do XXXI. Congresso Internacional dos Americanistas, realizado em São Paulo em Ago.1954 v.1, pp. 409-434.

⁸ O trabalho de Giovana Xavier, alerta para a existência de gradiente de cores dentro da comunidade negra norte-americana, o que sinaliza que as relações raciais acionadas pelas linhas de cor eram complexas em diferentes espaços desconstruindo a ideia de que existiriam modelos de divisão racial estáticos para o âmbito norte-americano em cujo espaço a negritude acabava por sustentar um bloco homogêneo entre os negros locais. Para uma análise específica ver o trabalho completo: XAVIER, Giovana. "Branças de almas negras? *Beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930)*". Campinas, SP: Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, 2012.

perspectiva é responsável pela prática de quando permitiam brancos era negado a estes dançar com as moças negras. Num evidente controle sistemático da constituição da família negra e da negação do estereótipo e ideário advindo da escravidão em que a mulher negra era tida como mero objeto sexual. Faz-se necessário enfatizar que as mulheres não iam sozinhas as atividades promovidas pelos clubes, já em função de constituírem-se estes espaços como de possibilidade de encontrarem seus futuros maridos, e assim os clubes funcionavam como uma extensão da família.

A posição ocupada pelas mulheres nos referidos espaços apresenta uma peculiaridade em que o ser mulher e a posição social parecem ser tomados em conjunto, ou seja, nos clubes em que a posição social ocupada perante a sociedade era de menor grau as mulheres tinham um campo de atuação maior e até mesmo poderiam ser encontradas nas diretorias, como nos clubes pelotenses *Depois da Chuva* e *Chove Não Molha*. No entanto, nos clubes em geral as mulheres não exerciam funções diretivas, encontravam-se presentes na organização e fiscalização das festas.

No entanto estava longe de ocupar um lugar secundário a posição ocupada pelas mulheres, exemplo disso deu-se no Clube *Centro Uruguay* de Melo, fundado em 1923. O *Centro Uruguay* formou o Comitê Feminino, característica comum aos clubes. Neste clube o referido comitê foi o responsável pela arrecadação de fundos para a compra de um terreno que serviria de sede para o clube, que então mantinha-se em sede alugada. Os clubes em geral ocupavam sedes alugadas, as quais passaram a ser próprias a partir da arrecadação de fundos, como o acontecido com o *Centro Uruguay*.

A organização destes espaços seguia também características muito semelhantes, desde a sua fundação, passando pelas normas sociais que regiam os espaços até a sua vinculação com a imprensa negra local. Os bailes eram as atividades mais aguardadas, eram alegrados, no Rio Grande do Sul pelas denominadas *Jazz Bands*, e no Uruguai pelas orquestras. Estes bailes eram animados pelos instrumentos de sopro em detrimento dos tambores e também com diminuta participação de cantores, salvo em apresentações de solistas e cantores reconhecidos pelas comunidades negras em apresentações costumeiramente em datas festivas. No Uruguai, assim como no Brasil, as orquestras eram formadas em sua maior parte por negros, sendo comum os clubes

terem as suas próprias orquestras. Já as *Jazz Bands* circulavam pelos clubes negros, como por exemplo, o Jazz Estrela, recorrentemente presente nas festividades dos clubes no sul do RS. No Uruguai o ritmo adotado pelas orquestras era frequentemente o tango e a milonga.

Estes clubes costumavam realizar ainda pequenas comitivas aos clubes coirmãos localizados nas cidades vizinhas, assim como visitas em datas festivas nos clubes da mesma cidade. Outra atividade bastante recorrente eram os piqueniques ao ar livre, em que além de levarem pratos diversos, escutavam o som de pequenas vitrolas entre seus pares.

As atividades em geral desenvolvidas pelos clubes sociais negros tinham como papel principal a representação do desejado no cotidiano, o que justifica a preocupação com a imagem que seria exteriorizada efetivamente frente à sociedade, assim como pela imprensa negra dos locais. Esta representação estava imbricada nos significados sociais que buscavam para a raça, para o grupo que pertencia ao mesmo local, entendido como uma extensão da família. Nesse sentido, o artigo em questão buscou apresentar alguns apontamentos historiográficos a fim de compreender a complexidade dos conceitos de raça, cor e identidade negras, enquanto construtos sociais a partir de parcela do próprio grupo afrodescendente localizados em espaços distintos em termos geográficos, mas muito similares em termos de posição social perante uma sociedade racializada que contribuiu para que as experiências ao sul do Atlântico tivessem muitos traços em comum, que com certeza vão além do que aqui foi brevemente apontado.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. pp. 185-228.
- BROWN, Malcon. Racialization. In: BROWN, Malcon; Miles, Robert. *Racism*. Second Edition. London: Routledge, 2004.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: UCAM, 2001.

- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2005.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.
- HOBBSBAWM, Eric. Não basta a história da identidade. In: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. pp. 281-292.
- HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- JENKINS, Richard. *Social Identity*. 2ª edition. New York (USA): Routledge, 2005.
- JENKINS, Richard. *Rethinking Ethnicity – Arguments and Explorations*. London: Sage Publications, 1997.
- LONER, Beatriz Ana. A rede associativa negra de Pelotas e Rio Grande. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antonio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (orgs.). *RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 246-261.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MILES, Robert. *Racism after 'race relations'*. London: Routledge, 1993.
- WADE, Peter. *Raza y Etnicidad em latinoamérica*. Quito (Equador): Ediciones Abya-Yala, 2000.
- WARE, Vron (org.). *Branquidade: Identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.